

Liberalização comercial e melhorias de bem-estar: o caso brasileiro na década de noventa*

Trade liberalization and welfare: the Brazilian scenario in the nineties

Fernando Antônio Ribeiro Soares¹
André Nunes²
Tito Belchior Silva Moreira³

Resumo

O presente artigo possui dois objetivos que se complementam. O primeiro descreve e discute os efeitos dos ganhos estáticos e dinâmicos de comércio, oriundos de uma abertura comercial na economia. O segundo apresenta um modelo de mensuração do bem-estar produzido pela abertura comercial na economia brasileira durante os anos noventa. Os resultados sugerem que à medida que foi se aprofundando a abertura comercial, causada principalmente pela redução das tarifas legais, houve significativo aumento nos níveis de bem-estar na economia brasileira.

Palavras chave: Liberalização comercial. Ganhos de comércio. Bem-estar.

Abstract

This article has two objectives that complement each other. The first describes and discusses the effects of static and dynamic benefits from commerce stimulated by increased openness in the economy. The second presents a framework for measuring welfare produced by such liberalization in the Brazilian economy during the nineties' decade. The results suggest that as Brazilian economy opened itself and deepened liberalization practices, mainly through the reduction of fees and taxes, a significant increase in the level of welfare and well-being was generated, benefiting not only Brazil's economic sector, but the whole country and its population as well.

Keywords: Trade liberalization. Gains from trade. Welfare.

* Recebido em 30/03/2014.

Aprovado em 28/05/2014.

¹ Doutor em Economia pela Universidade de Brasília. E-mail: fernando.a.r.soares@gmail.br

² Professor da Universidade de Brasília; Doutor em Economia pela Universidade de Brasília. E-mail: andre.nunes@unb.br

³ Professor da Universidade Católica de Brasília. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília. E-mail: tito@pos.ucb.br

1 Introdução

A economia brasileira atravessou um período de importantes reformas na década de noventa. Essas reformas aconteceram no Brasil com algum atraso, quando comparadas com aquelas ocorridas no resto do mundo, que as implementou nas décadas de setenta e oitenta. O foco central das reformas foi a implementação de políticas de liberalização do comércio em consequência da maior liberdade tarifária.

No ano de 1988 teve início a primeira reforma comercial liberalizante na economia brasileira. O objetivo era eliminar a redundância tarifária existente nas tarifas legais, assim como, reduzir as barreiras não-tarifárias e os regimes especiais de importação existentes. Foi implementada, também, uma política de eliminação das barreiras não-tarifárias e regimes especiais de importação.

A liberalização comercial tinha como objetivo conduzir a economia a um novo padrão de crescimento. Procurava-se um redirecionamento das trocas comerciais brasileiras, propiciando uma descompressão das importações. A pretensão das reformas era multifacetada: engendrar uma alocação mais eficiente de recursos e, desta forma, elevar a produtividade; elevar o grau de competição da economia; melhorar o nível de bem-estar social. Estes fatores, conjuntamente, conduziram a um novo padrão de crescimento econômico diferenciado do anterior, que era pautado nas práticas protecionistas.

O primeiro objetivo deste artigo é descrever os efeitos dos ganhos de comércio oriundos de uma abertura comercial na economia. O segundo é apresentar evidências empíricas da melhoria de bem-estar provocada pela abertura comercial. Para tanto, ele foi estruturado nesta breve introdução e outras seções. Os ganhos estáticos e dinâmicos advindos da abertura comercial são apresentados na segunda seção. Na terceira evidenciam-se as alterações nos níveis de bem-estar ocorridas após a abertura comercial. Finalmente, na quarta seção apresentam-se as considerações finais.

2 Ganhos estáticos e dinâmicos de comércio

O funcionamento inadequado de um sistema econômico pode ser atribuído à existência de distorções ou divergências domésticas. Basicamente, estas podem ser classificadas como distorções endógenas e distorções impostas por políticas (exógenas), como aponta Bhagwati (1971). As distorções endógenas retratam imperfeições

tais como rigidez no mercado de trabalho e economias de escala. As distorções impostas por políticas referem-se a taxas e regulamentos, originários das próprias decisões governamentais. A liberalização comercial pode induzir a redução das distorções impostas por políticas comerciais.

A liberalização comercial produz efeitos sobre a produção e a eficiência, tais como a melhoria na alocação de recursos, a redução dos custos de produção, as economias de escala e a denominada eficiência-X (*X-efficiency*), proposta por Leibenstein (1966). Os efeitos sobre a concorrência, os efeitos sobre o consumo e sobre a renda cartorial (*rent-seeking*) são conhecidos como ganhos estáticos. Podem-se apontar outros tipos de ganhos (dinâmicos) como: a absorção de tecnologia e a diversificação dos insumos intermediários.

A diferença entre estes dois conceitos está relacionada com o momento no qual os ganhos são realizados. Enquanto o interesse relativo aos ganhos estáticos, como colocado por Moreira e Correa (1996), concentra-se na análise do período de transição de uma economia fechada para aberta, os ganhos dinâmicos oriundos do comércio demonstram a preocupação com questões intertemporais. Então, através da análise dinâmica do comércio busca-se interpretar, principalmente, como este influencia as taxas de crescimento de longo prazo da economia.

Os ganhos estáticos do comércio podem ser mensurados a partir dos efeitos sobre a produção e sobre a eficiência. Dentro desta concepção, devemos tratar, principalmente, das melhorias na alocação de recursos. Com a redução das barreiras comerciais irão ocorrer realocações de recursos entre as firmas e indústrias da economia inserida neste processo de liberalização comercial. Havendo esta migração de recursos entre os setores produtivos será produzida uma alocação mais eficiente de recursos, que resultará em maiores níveis de bem-estar social.

Este aumento do bem-estar decorrerá da reorientação das atividades produtivas em direção às vantagens comparativas nacionais. Produzindo-se mais bens que necessitam de insumos que a economia doméstica tem em maior dotação e reduzindo a produção de bens intensivos em insumos nos quais a economia é escassa, teremos menores custos de produção e maior eficiência na alocação de recursos. Esse excedente de recursos será deslocado para a produção de quantidades adicionais de bens nos quais o país possui vantagens comparativas, o que ampliará os níveis de produto e de bem-estar.

Um caso particular dos ganhos do comércio ad-

vindo da melhor alocação de recursos refere-se à *redução do viés anti-exportador*. Como coloca Edwards (1995), ao mesmo tempo que a abertura comercial proporciona uma diminuição da sobrevalorização cambial, diminuindo os preços das mercadorias domésticas relativamente ao preço das mercadorias estrangeiras, também facilita a importação de bens de capital e de insumos importados, reduzindo os custos de produção. Ambos os fatores, segundo Balassa (1971), contribuem para o aumento da competitividade das exportações, encorajando-as, o que leva à acumulação de reservas internacionais e a ampliação do produto nacional.

Krugman (1980) aponta que mesmo na ausência das tradicionais razões para o comércio (vantagens comparativas), este poderá ter lugar devido à presença de retornos crescentes de escala, somados à concorrência monopolística. Portanto, com a diferenciação de produto, cada bem será produzido por um único país ou mesmo por uma única firma. Com a abertura do comércio, a firma deverá atender além da demanda interna, a demanda proveniente do mercado internacional, e, como sua tecnologia apresenta rendimentos crescentes de escala, seus custos serão decrescentes, obtendo-se daí o aumento do bem-estar da economia e os ganhos do comércio.

Reforçando a importância do comércio, Helpman (1984), afirma que a demanda atendida após a abertura da economia é maior que a demanda existente na situação pré-comércio, dado que na situação pós-comércio a demanda externa também deverá ser atendida, considerando que temos uma tecnologia com retornos crescentes, o aumento da produção vai representar uma redução dos custos, obtendo-se desta forma os ganhos do comércio. A introdução de um maior volume de comércio internacional impelirá as firmas nacionais a realizarem ajustamentos em direção a níveis mais eficientes de produção, nos quais teríamos custos unitários menores, sendo isso possibilitado pela ampliação da competição e pelo aumento dos mercados potenciais. Outro ganho de comércio apontado por Helpman (1984), tem origem na redução do produto de indústrias com deseconomias de escala. Desta forma, o menor grau de proteção possibilitará, inclusive, a eliminação de firmas com escalas ineficientes de produção.

Ao serem reduzidas as barreiras comerciais e, em consequência, reduzidas as possibilidades de se auferir lucros monopolísticos, firmas com escalas ineficientes de produção serão dissuadidas de entrarem em operação,

eliminando-se assim potenciais fontes de ineficiências. Baseando-se nestes elementos, podemos determinar que o comércio exterior diminuirá a fragmentação da produção, realocando eficientemente os recursos existentes, o que permitirá o aumento do bem-estar social.

Mais um efeito do comércio sobre a produção, particularmente sobre a eficiência das firmas, é a chamada *eficiência-X* abordada originalmente por Leibenstein (1966). Ele aponta como o principal componente da eficiência-X a motivação interna à firma, sendo esta motivação fortemente associada ao comportamento apresentado pelos seus gerentes: “os gerentes determinam não apenas sua própria produtividade, mas a produtividade de todas as unidades da organização” (LEIBENSTEIN, 1966, p. 397). Assim, o comportamento dos gerentes determinará a eficiência da firma. Porém, se o ambiente econômico no qual a firma se encontra inserida é relativamente fechado ao comércio exterior, não haverá a geração de incentivos, ou melhor dizendo, não serão criadas pressões para que seus gerentes busquem níveis maiores de produtividade e de organização na própria fábrica, ocasionando menores níveis de eficiência. O surgimento de ineficiências dentro de uma firma devido à falta de eficiência motivacional tem origem na ausência de competição. Dentro de um mercado pouco contestável, os gerentes obterão uma elevada rentabilidade com menores níveis de esforços.

Quando ocorre uma redução das barreiras comerciais esta produção de ineficiências técnicas será revertida. Com a concorrência proporcionada pelos produtos externos, as firmas nacionais verão diminuídas as possibilidades de auferirem lucros monopolísticos, tendo que se reestruturarem para utilizar mais eficientemente seus recursos. Os produtores nacionais terão que adequar suas organizações de forma a produzirem mais eficientemente, o que envolve melhorias na administração geral, na organização da planta, nos sistemas de produção etc.

Percebe-se que a redução das barreiras comerciais resulta em uma diminuição das distorções existentes na economia, diminuindo tanto as perdas dos produtores quanto as perdas dos consumidores. Como consequência ocorre um aumento da eficiência produtiva e, dada a capacidade de se adquirir bens a preços menores, um aumento do excedente do consumidor, com os dois fatores resultando em um crescimento nos níveis de bem-estar social.

Outros ganhos do comércio relacionados às melhores oportunidades de consumo ainda podem ser es-

tabelecidos. Supondo que os indivíduos têm preferência pela diversificação, com o comércio exterior haverá uma maior diversidade de bens, o que implicará em novos ganhos de bem-estar associados à maior satisfação dos gostos dos consumidores. O efeito, então, de um incremento do volume de comércio sobre os níveis de bem-estar dos consumidores, como coloca Baldwin e Caves (1997), pode ser subdividido em dois grupos: ganhos de utilidade proveniente da oportunidade de consumir uma maior variedade de bens e os ganhos de se consumir esta maior variedade de bens a preços mais baixos do que aqueles que estariam presentes em uma economia autárquica ou numa economia com elevados níveis de proteção.

O último fator relativo aos ganhos estáticos são os ganhos associados à diminuição da renda cartorial. A renda cartorial pode ser genericamente definida como as atividades improdutivas que surgem quando uma economia apresenta elevados níveis de proteção aos seus setores produtivos. Entre estas atividades estão o contrabando, o subfaturamento de importações, lobbies, a obtenção de licenças de e a disputa por regimes especiais de importação.

A renda cartorial surge devido à existência de empecilhos às importações. Então, quando são reduzidas as barreiras comerciais é diminuído o espaço para a obtenção da renda cartorial, pois a necessidade de mecanismos alternativos que se traduzam em importações mais baratas também é minimizada. Desta forma, recursos deixam de ser alocados ineficientemente, como no caso da apropriação individual de recursos, para serem alocados de forma mais eficiente, proporcionando mais uma vez o aumento do bem-estar social.

Os ganhos dinâmicos do comércio relacionam-se ao aumento do progresso tecnológico. Este aumento do progresso técnico, segundo Grossman e Helpman (1995), pode tomar a forma de melhorias nas técnicas de produção ou na substituição de alguns bens por outros de maior qualidade. Além disso, o progresso técnico pode ser determinado como a aquisição de novos insumos, novos bens de capital, novas técnicas de produção ou ainda como a aquisição da capacidade e do conhecimento necessário para se produzir estes novos bens com maior conteúdo tecnológico.

Partindo do aumento do grau de exposição de uma economia teremos a ampliação da absorção de tecnologia pelos setores produtivos. Sendo assim, com o crescimento do contato com o exterior, através da eleva-

ção dos fluxos de mercadorias, que trazem junto novas ideias, conhecimento e inovações, é elevada a quantidade de tecnologia disponível, ampliando assim o conjunto de possibilidades de produção, tanto qualitativamente como quantitativamente. Em outras palavras, a partir de um maior nível de tecnologia a economia terá novas combinações de insumos a serem utilizadas na produção.

Então, a liberalização comercial propiciará novas oportunidades de negócios através da ampliação de mercados e aumentará a concorrência proveniente dos produtos importados. Ainda segundo Grossman e Helpman (1995), estes dois fatores se traduzirão em alterações nas taxas de absorção de tecnologia, o que, de acordo com Frenkel e Trauth (1997), implicará em efeitos positivos da integração comercial sobre as taxas de crescimento da economia.

A ampliação do inter-relacionamento de um país com a economia mundial permitirá que ele absorva conhecimento advindo dos demais países, ou seja, será gerado um canal de transferência de tecnologia. Como resultado, temos um aumento na absorção de tecnologia, que seria muito dificultado ou mesmo inviabilizado se este país fosse relativamente autárquico.

Quando firmas e indústrias realizam investimentos em tecnologia, ou seja, quando realizam investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), parte do investimento é internalizado pelas firmas. Todavia, outra parte do conhecimento gerado por estes investimentos não pode ser internalizada pelos seus realizadores. Em outras palavras, parte do conhecimento gerado com investimentos em P&D não é restrito aos agentes que os realizam, ocorrendo um trasbordamento deste conhecimento para a sociedade, e inclusive para outros países. Assim, a porção deste conhecimento não apropriada privadamente se tornará um bem público. A produção deste bem público, que é o progresso tecnológico, atravessará as fronteiras dos países através da integração comercial, gerando a disseminação do conhecimento. Então, com a ampliação do fluxo de tecnologia em escala mundial, teremos a criação de externalidades positivas propiciadoras de um aumento do estoque de conhecimento e dos níveis de aprendizado dos países, principalmente dos países menos desenvolvidos tecnologicamente. Isto resultará em um crescimento nos níveis de produtividade, o que resultara em maiores níveis de produto a longo prazo.

A possibilidade de se adquirir bens de capital, insumos e sistemas de produção com maior conteúdo

tecnológico é outra oportunidade oriunda da integração comercial. Com a abertura comercial poderão ser importados meios-de-produção mais eficientes e de maior qualidade, que implicarão em menores custos relativos de produção. Consequentemente haverá um aumento da eficiência produtiva.

Outro fator que resultará em ganhos dinâmicos advindos do crescimento dos fluxos de comércio é o aumento da concorrência externa. A concorrência proveniente dos bens importados tenderá a diminuir o mercado dos produtores nacionais, pressionando os empresários locais a se tornarem inovadores. Caso contrário, mantendo-se a atitude estagnante, no limite suas firmas serão expulsas do mercado. A competição internacional, desta forma, conduzirá os produtores locais a ampliarem seus investimentos em P&D, elevando o número de inovações, ao mesmo tempo que aumentará a qualidade e a variedade das mercadorias produzidas. Ademais, a aceleração da inovação tecnológica resultará na produção de novos bens de capital e novos insumos. Somando isso ao aumento da oferta de insumos importados, será possibilitado o crescimento qualitativo dos insumos disponíveis. Desta forma, como colocam Grossman e Helpman (1995) e Frenkel e Trauth (1997), haverá um crescimento das taxas de produtividade, redundando em um proporcional crescimento do produto da economia e dos níveis de bem-estar.

3 Os impactos da liberalização comercial sobre os níveis de bem-estar

A liberalização comercial, empreendida nos anos 90, influenciou de modo bastante positivo a alocação de recursos na economia brasileira. Essa re-alocação pode ser entendida como aumento do bem-estar que decorre da reorientação das atividades produtivas em direção às vantagens comparativas nacionais. Produzindo-se mais bens que necessitam de insumos nos quais a economia possui domesticamente maior dotação e, ao mesmo tempo, reduzindo a produção de bens intensivos em insumos nos quais a economia é escassa, teremos menores custos de produção e maior eficiência na alocação de recursos. Com a melhor alocação de recursos, eles serão deslocados para a produção de quantidades adicionais de bens nos quais o país possui vantagens comparativas, o que ampliará os níveis de produto e de bem-estar.

Conforme demonstra Kemp (1962) em livre co-

mércio pode-se produzir o mesmo que se produzia em autarquia, porém a custos menores.

Definindo a notação a partir do artigo de Kemp (1962), estabelecemos os seguintes vetores:

$z = (z_1, z_2 \dots z_n)$:	vetor de consumo;
$\bar{z} = (\bar{z}_1, \bar{z}_2 \dots \bar{z}_n)$:	vetor de produção;
$p = (p_1, p_2 \dots p_n)$:	vetor de preços dos bens internos;
$a = (a_1, a_2 \dots a_s)$:	vetor de insumos;
$w = (w_1, w_2 \dots w_s)$:	vetor de preços dos insumos.

As variáveis sob autarquia são indicadas pelo sobrescrito 0, enquanto as variáveis sob livre comércio são especificadas pelo sobrescrito linha.

Em autarquia, ou seja, na ausência de comércio exterior:

$$\bar{z}^0 - z^0 = 0 \quad (1)$$

Debaixo de equilíbrio de livre comércio necessitamos apenas que o valor das importações se iguale ao valor das exportações ou, em outros termos, que o valor consumido seja igual ao valor produzido:

$$p'(\bar{z}' - z') = 0 \quad (2)$$

Então, debaixo das tradicionais suposições de concorrência perfeita e livre comércio, obtemos:

$$p'(\bar{z} - \bar{z}') - w'(a - a') = 0 \quad (3)$$

A partir da equação acima, dadas nossas condições, será determinado o nível de produção no ponto de produção de livre comércio $(\bar{z}'; a')$. Desta forma, $p'\bar{z} - w'a$ terá um máximo em $(\bar{z}'; a')$. Explicando esta relação, aos preços de livre comércio a quantidade de bens e de insumos que maximizam a diferença entre o valor da produção e os custos de produção é aquela definida pela quantidade competitiva de livre comércio, sendo este resultado superior às demais combinações de produto e insumo, inclusive e, particularmente, superior às combinações de autarquia, como coloca Kemp. Estabelecendo esta conclusão:

$$p'\bar{z}' - w'a' \geq p'\bar{z}^0 - w'a^0 \quad (4)$$

Substituindo (1) e (2) em (4), obtemos a equação que compara o consumo em livre comércio e o consumo em autarquia:

$$p'z' - w'a' \geq p'z^0 - w'a^0 \quad (5)$$

Fica estabelecido, então, que ao menos o mesmo padrão de consumo de autarquia seria possibilitado em uma situação de livre comércio. Assim, pode-se concluir que a partir do livre comércio teríamos uma melhoria

de Pareto, onde o mesmo nível anterior de produção de autarquia poderá ser produzido em livre comércio com custos menores de produção, impactando positivamente o padrão de consumo da sociedade.

Outro benefício trazido pelo comércio é o aumento dos níveis de concorrência. Com uma economia fechada às transações comerciais, os setores produtivos nacionais competidores de importações apresentarão estruturas de mercado concentradas, podendo auferir lucros extraordinários às expensas do excedente dos setores exportadores e do excedente dos consumidores. Além disso, estas firmas e indústrias com elevado poder de mercado, erguidas pela prática protecionista, determinarão atividades produtivas marcadas pela ineficiência. A ineficiência produtiva ocorre por dois motivos: a capacidade da firma produzir quantidades subótimas e a capacidade de fixar preços acima dos preços que seriam definidos em concorrência perfeita (acima dos custos marginais). Então, o lucro recebido pelo proprietário do capital irá exceder o retorno de seu capital, pois além do lucro normal ele receberá uma parcela de lucros extraordinários provenientes de seu poder de mercado.

Como consequência, ambos os fatores contribuirão para que ocorra uma perda de bem-estar. Mas, com a redução das barreiras comerciais este quadro é revertido. O aumento das importações faz com que os mercados destes setores com elevado grau de concentração passem a ser contestáveis. A ampliação dos níveis de concorrência diminui os lucros extraordinários dos setores produtivos competidores de importações, ao mesmo tempo que os impele a buscarem maiores níveis de eficiência produtiva. Desta maneira, será produzida uma melhoria nos níveis de bem-estar social.

Com base nos fatores descritos acima, percebe-se que a redução das barreiras comerciais resultam em uma diminuição das distorções existentes na economia, diminuindo tanto as perdas dos produtores quanto as perdas dos consumidores. Como consequência, teremos um aumento da eficiência produtiva e, dada a capacidade de se adquirir bens a preços menores, um aumento do excedente do consumidor, com os dois fatores resultando em um crescimento nos níveis de bem-estar social.

A argumentação anterior é a forma tradicional de evidenciar como os ganhos do comércio podem provocar elevações do bem-estar. No presente trabalho elaboramos uma medida alternativa, elaborado por Kenen (1998), para mensurar os ganhos de bem-estar.

Baseando-se em Kenen (1998), construímos a seguinte medida das variações nos níveis de bem-estar social para uma pequena economia, que não possa afetar os preços internacionais, sendo estas variações provenientes de uma redução das barreiras comerciais, especificamente de uma redução das tarifas de importação:

$$W^0 = -\frac{1}{2} \times (M^0 \times P^* \times t^0)$$

Onde W é a função de bem-estar, M são as quantidades importadas, t é a tarifa de importação e P^* são os preços externos, considerados constantes. Além disso, as variáveis denotadas pelo sobrescrito 0 identificam a situação anterior à liberalização comercial, enquanto as variáveis marcadas pelo sobrescrito linha designam a situação posterior à liberalização comercial.

Com a reforma comercial $t^0 \rightarrow t'$ e $M^0 \rightarrow M'$, tal que:

$$W' = -\frac{1}{2} \times (M' \times P^* \times t')$$

Relacionando as duas equações acima obtemos a variação nos níveis de bem-estar:

$$dW = W' - W^0 = -\frac{1}{2} \times P^* \times (M' - M^0) \times (t' - t^0)$$

$$dW = -\frac{1}{2} \times P^* \times dM \times dt$$

Como $t^0 > t'$ e $\partial M / \partial t < 0$, temos que $M^0 < M'$. Assim, $dt = t' - t^0 < 0$ e $dM = M' - M^0 > 0$, resultando em:

$$dW = -\frac{1}{2} \times P^* \times dM \times dt > 0$$

Desta forma, estabelecemos os ganhos oriundos de uma reforma comercial, particularmente os ganhos associados ao aumento nos níveis de bem-estar social oriundos da disponibilização de maiores volumes de importações decorrentes da redução dos níveis de proteção.

Apesar das restrições existentes, a construção de uma simples medida de bem-estar nos fornece importantes subsídios para determinar alguns efeitos da liberalização comercial sobre a economia brasileira. A medida não se presta para quantificar a variação total nos níveis de bem-estar, mas sim de qualificá-la, indicando se a abertura tendeu a ampliar esta medida ou não.

Feenstra (1995) propõe um modelo com a seguinte medida de determinação dos efeitos de políticas comerciais sobre os níveis de bem-estar:

$$dB = \sum_i (p_i - p_i^*) dC_i + \sum_i [(Y_i - D_i) dq_i - C_i dp_i^*] + \sum_i [(\phi_i / y_i) - \phi_{i0}] n_i dy_i + \sum_i [q_i - (\phi_i / y_i)] dY_i$$

O primeiro termo do lado direito da equação representa como a política comercial está impactando o vo-

lume de importações e, conseqüentemente, os níveis de bem-estar; o segundo termo é o efeito sobre os termos de comércio, tanto sobre as exportações ($Y_i - D_i$) quanto sobre as importações; o terceiro termo reflete o potencial crescimento nos níveis de bem-estar devido à intensificação das economias de escala; e, o último termo demonstra a mudança nos lucros das empresas causada pelas mudanças nos produtos das indústrias.

Simplificando a equação apresentada acima, são ignorados os efeitos nos níveis de bem-estar provenientes de mudanças no produto doméstico e de mudanças nos lucros, mantendo apenas os efeitos das políticas comerciais sobre o volume de importações e sobre os termos de comércio. Tal simplificação, considerando uma tarifa *ad valorem* (τ) sobre um único bem, supondo que os preços dos demais bens são mantidos, tem como resultado (eliminaram-se os subcritos *i*).

$$\frac{dB}{d\tau} = (p - p^*) \frac{dC}{d\tau} - C \frac{dp^*}{d\tau}$$

Tomando p^0 como o nível inicial de preços, o preço de livre comércio do bem, integraremos a equação acima para os níveis tarifários compreendidos entre os momentos 0 e *t*. Assim obtemos a expressão para as mudanças totais nos níveis de bem-estar resultante da imposição de uma tarifa *ad valorem* sobre as importações:

$$\Delta B = \int_0^t (p - p^*) \frac{dC}{d\tau} d\tau - \int_0^t C \frac{dp^*}{d\tau} d\tau$$

$$\Delta B = \int_0^t (p - p^0) \frac{dC}{d\tau} d\tau + (p^0 - p^*)C$$

Simplificando, mais uma vez, o modelo teórico proposto por Feenstra (1995), supondo agora que a política comercial influencie apenas o montante importado, conjuntamente com a utilização da medida de bem-estar construída (baseada em Kenen), busca-se indicar os efeitos da liberalização comercial sobre os níveis de bem-estar da economia brasileira. Desta forma, aplica-se a seguinte medida:

$$dW = -\frac{1}{2} \times P^* \times dM \times dt, \text{ ou simplesmente:}$$

$$dW = -\frac{1}{2} \times dM \times dt, \text{ onde } M \text{ refere-se ao valor das importações.}$$

Para obter a expressão da variação total nos níveis de bem-estar decorrente das alterações tarifárias teremos:

$$\sum_{t=1}^n dW_t = -\frac{1}{2} \left[\sum_{t=1}^n (dM_t \times dt_t) \right], \text{ onde } t=1,2,\dots,n$$

Esta medida irá determinar como as alterações ocorridas no volume de importações, decorrentes de mudanças nas tarifas nominais, impactaram os níveis de bem-estar da economia. A medida possui limitações que merecem destaque. Além das simplificações do modelo de Feenstra (1995), e das simplificações adicionais propostas, ao se basear nas tarifas legais, o modelo perde em precisão por desconsiderar os efeitos das barreiras não-tarifárias e dos regimes especiais de importações, provocando, respectivamente, a superestimação e subestimação dos ganhos de bem-estar.

Entretanto, apesar dessas limitações, busca-se determinar a tendência desta variável para a economia brasileira no período posterior à liberalização comercial. Em outros termos, tenta-se determinar se após a abertura do País aos fluxos de comércio houve um aumento do bem-estar social, como prevê a teoria.

O período utilizado para realização do teste, apresentado nas Tabelas 1 e 2, compreende os anos de 1986 a 1991.

Tabela 1 - Variações nos níveis de bem-estar:
ano-base = 1986 (1986 – 1997) (US\$ milhões)

	1986	1987/1986	1988/1986	1989/1986	1990/1986	1991/1986
DW	-	1,51	28,89	333,30	631,92	909,61
DM	14.044	1.007	561	4.219	6.617	6.997
Dt	51,3	-0,003	-0,103	-0,158	-0,191	-0,260

	1992/1986	1993/1986	1994/1986	1995/1986	1996/1986	1997/1986
DW	992,78	1.950,89	3.550,03	6.952,07	7.674,74	9.318,69
DM	6.510	11.212	19.035	35.928	39.257	47.303
Dt	-0,305	-0,348	-0,373	-0,387	-0,391	-0,394

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior dispostos em Azevedo, André Filipe Z. e Marcelo S. Portugal. 1997. *Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações*. Texto para Discussão nº 97/05. Porto Alegre: EPGE-UFRGS e *World Development Indicators*. 1998. Washington: World Bank.

Com base na tabela 1, verifica-se que na segunda metade da década de oitenta e, principalmente, durante a década de noventa, à medida que foram sendo reduzidas as tarifas nominais em decorrência da reforma comercial houve um contínuo ganho de bem-estar em relação ao ano de 1986. Calculando-se os ganhos acumulados na série (DW), obtemos o montante de US\$ 32.344,43 milhões, sendo que só para o período posterior à liberalização comercial, ou seja, a partir de 1991, o montante foi de US\$ 31.348,81 milhões.

Na tabela 2, mensura-se as variações nos níveis de

bem-estar da economia brasileira tendo como ano-base o ano de 1991. Após a apresentação dos dados realiza-se a interpretação em dois períodos: o período anterior à liberalização comercial (1986-1990) e o período posterior à liberalização comercial (1992-1997).

Tabela 2 - Variações nos níveis de bem-estar:
ano-base = 1991 (1986 – 1997) (US\$ milhões)

	1991/1986	1987/1991	1988/1991	1989/1991	1990/1991	1991
DW	909,61	769,72	505,23	141,68	13,11	-
DM	6.997	5.990	6.436	2.778	380	21.041
Dt	-0,26	-0,257	-0,157	-0,102	-0,069	25,3

	1992/1991	1993/1991	1994/1991	1995/1991	1996/1991	1997/1991
DW	-10,96	185,46	680,15	1.837,12	2.113,03	2.700,50
DM	-487	4.215	12.038	28.931	32.260	40.306
Dt	-0,045	-0,088	-0,113	-0,127	-0,131	-0,134

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior dispostos em Azevedo, André Filipe Z. e Marcelo S. Portugal. 1997. *Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações*. Texto para Discussão nº 97/05. Porto Alegre: EPGE-UFRGS e *World Development Indicators*. 1998. Washington: World Bank.

Para o período que antecedeu a abertura comercial, vemos que o ano de 1991 apresentou ganhos de bem-estar em relação aos demais anos. À medida que as barreiras tarifárias iam sendo diminuídas ao longo da década, estes ganhos de bem-estar, do ano de 1991, relativos aos demais anos demonstraram uma tendência declinante. Colocando em outros termos, à medida que as barreiras tarifárias iam sendo diminuídas ao longo dos anos oitenta, menores eram os ganhos de bem-estar do ano de 1991 relativos aos outros anos, ou, com um raciocínio análogo, quanto menor as barreiras comerciais maiores são os ganhos de bem-estar.

No período posterior à liberalização comercial percebe-se um ganho de bem-estar dos anos da série em relação ao ano de 1991, a exceção do ano de 1992 (nesse ano houve uma contração do produto, que provocou uma compressão das importações, impactando negativamente os níveis de bem-estar). Isto nos traz uma importante evidência dos reflexos da abertura comercial sobre a economia brasileira, pois à medida que foram se reduzindo as tarifas legais ocorreu, de acordo com nossa medida, um crescente aumento nos níveis de bem-estar.

Novamente, avaliando as variações acumuladas (DW), temos que nos anos que antecederam a liberalização comercial houve uma perda de bem-estar destes em relação ao ano de 1991 no montante de US\$ 2.339,35 milhões. Já para os anos posteriores ao ano de 1991, ano onde se iniciou a reforma comercial, obtivemos um ga-

nho acumulado de bem-estar relativo há este ano no montante de US\$ 7.505,3 milhões.

Considerando os dados do modelo proposto, que relaciona importações e tarifas, pode-se afirmar que, apesar desta medida não captar diversos fatores relevantes dentro de uma política comercial (as economias de escala, o poder de monopólio, a diferenciação de produto) ele apresenta uma razoável *proxy* das melhorias de bem-estar ligadas às oportunidades de consumo e sobre a própria eficiência produtiva. Os dados apresentados apontaram para resultados positivos da liberalização comercial sobre a economia, fato este que pode ser corroborado quando, segundo os cálculos realizados com base no ano de 1986, percebemos que os ganhos de bem-estar nos primeiros anos da abertura comercial (1991 e 1992) em relação a este ano foram da ordem de 0,25% do PIB brasileiro; para os anos de 1993 e 1994 foram de, respectivamente, 0,45 e 0,63% do PIB; e para os anos restantes, 1995, 1996 e 1997, respectivamente, 0,97, 1,03 e 1,16% do PIB.

4 Considerações finais

O objetivo desse artigo é analisar os impactos da liberalização comercial brasileira sobre a economia. Para tanto, descrevem-se as realocações de recursos originadas na redução das barreiras comerciais, o que implicou em melhorias do bem-estar da sociedade.

Apesar de algumas falhas de implementação, a liberalização comercial propiciou alterações na estrutura da economia brasileira, possibilitando que houvesse melhorias na alocação de recursos, crescimento da eficiência produtiva e ganhos de bem-estar. Assim, fica claro a importância da reforma comercial como instrumento para eliminar diversas distorções existentes na economia e, conseqüentemente, possibilitar seu melhor funcionamento.

Inúmeras melhorias na alocação de recursos podem ser produzidas pelos ganhos estáticos de comércio. A redução das barreiras comerciais realoca recursos entre as firmas e indústrias da economia, produzindo uma migração de recursos em prol dos setores mais eficientes, que resultará em maiores níveis de bem-estar social.

O progresso tecnológico está ligado aos ganhos dinâmicos do comércio, proporcionando melhorias nas técnicas de produção ou na substituição de alguns bens por outros de maior qualidade, através da aquisição de novos insumos, novos bens de capital, novas técnicas de

produção ou ainda como a aquisição da capacidade e do conhecimento necessário para se produzir estes novos bens ou técnicas de um maior conteúdo tecnológico.

O modelo apresentado aponta para significativos ganhos de bem-estar na economia brasileira na segunda metade da década de oitenta e, principalmente, durante a década de noventa, à medida que foram sendo reduzidas as tarifas nominais em decorrência da reforma comercial. No período posterior à liberalização comercial evidenciou-se um ganho de bem-estar em todos os anos da série, quando comparados ao ano de 1991, a exceção do ano de 1992. O modelo evidencia os reflexos da abertura comercial sobre a economia brasileira, à medida que foram se reduzindo as tarifas legais o modelo indica que houve significativo aumento nos níveis de bem-estar.

Concluindo, pode-se afirmar que, apesar do modelo não captar diversos fatores relevantes dentro de uma política comercial, pois ele considera, basicamente, variáveis relacionadas as importações e as tarifas, ele indica, de forma inequívoca, as melhorias de bem-estar proporcionadas pelas novas oportunidades de consumo e sobre a própria eficiência produtiva.

Referência

- AZEVEDO, A. F. Z; PORTUGAL, M. S. Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações. *Nova Economia*, v. 8, p. 37-63, 1998.
- BALASSA, B. Concepts and measurement of protection. In: BALASSA, B. et al. *The structure of protection in developing countries*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1971.
- BALDWIN, J.R; RICHARD, E. C. *International competition and industrial performance: allocative efficiency, productive efficiency and turbulence: analytical studies branch*. Ottawa: Statistics of Canada, 1997. (Research Paper Series, 108).
- BHAHWATI, J. N. The generalized theory of distortions and welfare. In: JAGDISH, N. et al. (Ed.). *Trade, balance of payments and growth: Papers in international economics in honor of Charles P. Kindleberger*. Amsterdam: North-Holland, 1971.
- EDWARDS, S. Reforma das políticas comercial e industrial na América Latina. In: REZENDE, André Lara. *Políticas para o crescimento: a experiência da América Latina*. Washington D.C.: Fundo Monetário Internacional, 1995.
- FEENSTRA, R. C. Estimating the effects of trade policy. In: GROSSMAN, Gene M.; ROGOFF, Kenneth. *Handbook of international economics*. Amsterdam: North Holland, 1995. v. 3.
- FRENKEL, M.; THOMAS, T. *Time preference, productivity, and growth effects of integration*, 1997 (Mimeografado).
- GROSSMAN, G. M; HELPMAN, E. Technology and trade. In: GROSSMAN, Gene M.; ROGOFF, Kenneth. *Handbook of international economics*. Amsterdam: North Holland, 1995. v. 3.
- HELPMAN, E. Increasing returns, imperfect markets, and trade theory. In: JONES, Ronald W.; KENEN, Peter B. *Handbook of international economics*. Amsterdam: North Holland, 1984. v. 3.
- KEMP, M. C. The gain from international trade. *The Economic Journal*, v. 72, n. 288, p. 802-819, 1962.
- KENEN, P. B. *The international economy*. Tradução de Sílvia Düssel Schiros. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- KRUGMAN, P. R. Scale economies, product differentiation, and the pattern of trade. *American Economic Review*, v. 70, n. 3, p. 950-973, 1984.
- LEIBENSTEIN, H. Allocative efficiency vs. "X-efficiency". *American Economic Review*, v. 56, n. 3, p. 392-415, 1966.
- MOREIRA, M. M; CORREA, P. G. *Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. Rio de Janeiro: BNDES, 1996. (Texto para Discussão, 49).